

PATRIMÔNIO CULTURAL E COMUNICAÇÃO EM MUSEUS: UMA POSSIBILIDADE PARA PROBLEMATIZAR, INFORMAR E EDUCAR

Edna Caroline Alexandria da Cunha¹
DLE/UFS
carolalexandria@yahoo.com.br

Resumo: Promover a inclusão patrimonial da instituição museológica em meio às ações pedagógicas e reconhecer os recursos, linguagens e potenciais comunicativos essenciais para legitimar o museu enquanto tal. Este artigo apresenta maneiras de pensar um diálogo simultâneo entre as três ciências: Cultura, Educação e Comunicação a fim de desenvolver e melhor aplicar – democraticamente – as ações de políticas públicas. Entender a cultura como um processo educacional ou educativo é perceber que não se consegue trabalhar a educação de um cidadão sem que ele conheça o que caracteriza sua cultura. E, apoiando-se na Arqueologia Social, reconhecer os signos representativos - a materialidade e imaterialidade - dos artefatos culturais e dos espaços urbanos inerentes ao processo de formação das identidades sociais.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Sociedade e Arqueologia. Museus.

Resumen: Promover la inclusión de la equidad institución museo en medio de acciones pedagógicas y reconocer los recursos, el idioma y el potencial de comunicación esencial para legitimar el museo como tal. Este artículo presenta las formas de pensar un diálogo simultáneo entre las tres ciencias: Cultura, Educación y Comunicación para desarrollar e implementar mejor - democráticamente - las acciones de políticas públicas. Entender la cultura como un proceso educativo y la educación es darse cuenta de que no se puede trabajar para educar a un ciudadano que no sepa lo que caracteriza a su cultura. Y, basándose en la Arqueología Social, reconocer los signos representativos - materialidad e inmaterialidad - de bienes culturales y espacios urbanos inherentes al proceso de formación de las identidades sociales.

Palabras claves: Educación Patrimonial. Sociedad y Arqueología. Museos.

¹ Aluna do curso de graduação em Letras Espanhol Licenciatura, Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Comunicação Social (UFS/2002). Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (FANESE/2005). O referido artigo integraliza a participação na disciplina isolada ‘Tópicos Especiais em Antropologia: Arqueologia, Patrimônio Cultural e Políticas Públicas’, promovida pelo NPPA/UFS, período 2010.1.

1. MUSEU: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO PATRIMONIAL

Desde o século III, em Alexandria, onde aparece pela primeira vez o *Museion* – ou a ‘Casa das Musas’ como foi concebido na Grécia Antiga – o museu tem sua história ligada à evolução do pensamento humano, relacionando-se aos diversos processos de mudanças econômicas, sociais e culturais. Eis a vertente pedagógica do museu. Segundo Funari, “o sistema educacional e seus auxiliares, bem como os departamentos pedagógicos em museus foram definidos, tradicionalmente, como importantes ferramentas para a reprodução das relações sociais, transmitindo um saber verticalizado, reforçando ideologicamente estruturas hierárquicas e reproduzindo desigualdades sociais e culturais”. (1993, p.51)

A partir da nova concepção de educação, que não se restringe ao espaço escolar formal, mas como uma atividade de criação e aprofundamento pessoal, social, cultural e permanente “inseparável da vida política”, os museus, aos poucos, passaram a atuar na perspectiva da educação contínua. A grande identidade entre os museus de todos os tipos, tanto nos países hegemônicos como periféricos é o serviço educativo, uma vez que, uma das suas premissas elementares consiste em propiciar maior envolvimento com os aspectos da realidade histórica e cultural.

Um dos princípios pedagógicos fundamenta a aprendizagem relacionada à percepção e experiência pessoal do aprendiz em interação com o objeto. A aprendizagem deve passar a realizar-se em ambientes motivadores, com diversidade de materiais didáticos e que estimulem as aptidões e os interesses pessoais.

O conceito de ‘Museu Integral’ é uma instituição a serviço inseparável da sociedade que lhe dá vida. Capaz de estimular em cada comunidade uma vontade de ação, aprofundando a consciência crítica de cada um de seus membros, buscando os fundamentos da ação nas condições históricas de desenvolvimento de cada comunidade. A este museu competente, igualmente, uma prática direta nos processos de desenvolvimento, fazendo uso da interdisciplinaridade, na área das Ciências Humanas. Na nova sociedade da informação, o recurso-chave passou a ser a informação, o conhecimento e a criatividade. Esta tendência reflete a integração dos museus na comunidade.

A atuação do museu como agência educativa cultural resulta, principalmente, das transformações ocorridas com o próprio conceito de educação. Em contrapartida, os museus não pertencem ao campo da educação escolar, seriada, sistemática, intra-escolar. Situam-se no

campo da educação não escolar, na qual, mediante uma grande diversidade de experiências que relacionam práticas educativas e comunicação social, buscando novas alternativas para seu papel social. Os museus americanos foram os pioneiros em experiências pedagógicas e foi aí que a função educativa se afirmou como uma das principais funções a serem desempenhadas pelos museus.

Este é o nascimento da pedagogia do museu, que se manteve até hoje em diferentes variações. Na complexa relação museu e sociedade, o museu tem sido visto enquanto guardião dos objetos produzidos por diferentes povos, em distintos períodos históricos. É também a idéia do museu como banco de dados, como um dos suportes da memória, como instituição científica, do museu como palco de ações educativas, do museu cenário e exposição. Independente da sua filosofia, todo o museu, estando aberto ao público transmite uma mensagem, educa através do objeto qualquer pessoa que nele entrar, seja qual for a sua classe social, sexo, idade, raça ou escolaridade. Esta característica coloca os museus dentro das instituições de educação permanente. É necessário dizer que é absolutamente indispensável ação articulada com as demais práticas sociais globais, priorizando a participação conjunta.

De fato, Moacir Gadotti explica que o processo educativo requer, antes de qualquer coisa, uma transmissão de algo que torne o ser humano maduro. Este algo é definido como cultura e, portanto, pode ser designado como verdadeira ‘bagagem cultural’. Entendemos que a educação “precisa ser permanente universal, aberta, absolutamente democrática e precisa se constituir como um domínio do saber, que muito mais amplo do que a escola e o sistema escolar e seja a própria cultura pensada como educação”. (1993, p. 268). Corroboramos com McLuhan e o fato de que ‘um dia passaremos nossa vida inteira na escola; um dia passaremos nossa vida inteira em contato com o mundo, sem nada que nos separe dele’. Gadotti complementa:

“O arquiteto de amanhã será capaz de se lançar na apaixonante tarefa que é a criação de um novo ambiente escolar. Os estudantes nele evoluirão livremente, quer o espaço que lhes foi concedido seja delimitado por uma peça, um edifício ou edifícios, ou quer que seja bem mais vasto. Nesse dia, educar-se será sinônimo de aprender a querer progredir, a melhorar; nesse dia, educar não será sinônimo de formar, manter homens a meio caminho de suas possibilidades de desabrochamento, mas ao contrário, abrir-se à essência e à plenitude da própria existência”. (Gadotti, 1993, p. 285).

Os museus são responsáveis por mediar os bens culturais e a sociedade. Promovem, acima de tudo, não só a socialização do conhecimento por meio da sensibilização educacional, mas funcionam também como veículo de promoção da identidade histórico-cultural. São espaços que lidam com as dimensões da memória. Portanto, é necessário considerar a diversidade cultural dos sujeitos, pois a cultura é definida como parte integrante do indivíduo e, segundo Geertz (1989), cultura como padrão de significados incorporados em formas simbólicas e transmitidos historicamente e é através dela que se caracterizam as particularidades de um povo e, assim, a construção de uma identidade.

Dentro desse entendimento, colaborar com a promoção da harmonia social é permitir que o indivíduo consiga compreender-se como sujeito e também como fonte promotora de cultura, de história. Os museus, portanto, por serem constituído de espaço social devem está focados para democratização do conhecimento e, conseqüentemente, a inclusão cultural.

2. SOCIEDADE, PRESERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Não há planejamento cultural sem a participação social. É necessário conhecer a sociedade local para, assim, saber o que se deve preservar, por que e também como se dará esse processo de conservação. Seguir esse roteiro é imprescindível, visto que, traço comum nas políticas de preservação no Brasil é uma atenção dispensada a determinados ‘patrimônios’ que visam interesses particulares, ou seja, em conformidade com as políticas vigentes.

A maneira mais cômoda e tranqüila que, normalmente, as políticas culturais utilizam para justificar a preservação da memória, da história e da cultura, é apelarem para a criação de novos museus e centros de memórias. Assim, o discurso da preservação torna-se vazio, dissociado e distante da sociedade que é, novamente, sacralizado. O discurso museológico deve ser dessacralizado, ou seja, ser popular, aberto, direto, explicativo, acessível, assimilável, interativo, que desperte a curiosidade e a identificação histórico-cultural dos habitantes locais, regionais. Afinal, o museu apresenta para o público conhecimento, conceitos, ideias, artefatos. Este espaço possibilita pensar a sociedade nela representada, com a interação e o processo de preservação. Para tanto, levando-se em considerações a diversidade socioeconômica e cultural e, enfatizando, a própria gerência da comunidade sobre o que deve ser preservado.

Pela própria natureza, os museus são espaços pedagogicamente constituídos. Há uma relação simbiótica e simultânea entre ensino e aprendizagem. Sendo assim, semelhante ao processo educativo, o discurso museológico promove enriquecimento e intercâmbio de conteúdos, aguça e desperta a curiosidade, amplia o senso crítico, cultiva a sensibilidade, estimula a criatividade e, por conseguinte, melhora o modo de vida do usuário.

Etimologicamente, Patrimônio significa ‘herança paterna’, riqueza comum que nós herdamos como cidadãos e que se vai transmitindo de geração a geração. Refere-se à ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. E monumentos históricos são símbolos que se querem perpetuar. O valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuímos à memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico e social, refazendo o passado em relação ao presente e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, referenciado pelo conhecimento.

A preservação de um patrimônio arqueológico e cultural passa pela identificação dos indivíduos. O ato da preservação não corresponde unicamente ao ato de celebrar o monumental, mas sim uma busca pela promoção de novos valores baseados na ideia da tradição e patrimônio, ou seja, identificação cultural e, conseqüentemente, uma (re) apropriação da cidadania.

3. ESPAÇOS EDUCATIVOS

Segundo a definição dada pelo Conselho Internacional dos Museus, em seu artigo 2º parágrafo 1º do seu Estatuto, entende-se por museu “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu ambiente. Além disso, a instituição museológica adquire e conserva a cultura material, comunicando sua imaterialidade na exposição a fim de promover estudo, conhecimento, educação e divertimento”.²

Educação dos espaços. Eis a questão. Traduzir a pedagogicidade do museu, torná-lo sociável e popular, fomentar a busca pelo conhecimento. A sociedade atual passa por grandes

² <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/eticaicom.htm>

mudanças e a educação deve organizar-se em torno dessa demanda. Essa, digamos, ‘nova escola’ deve estar associada sob quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento, ou seja, “aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes”. (DELORS, 1999, p. 89-90).³

De fato, a dita ‘Sociedade do Conhecimento’ requer a formação de cidadãos críticos, criativos, reflexivos, com capacidade de aprender a aprender, de trabalhar em grupo e de se conhecer como indivíduo e como membro participante de uma sociedade que busca o seu próprio desenvolvimento. A educação do século XXI caminha rumo à integralização do indivíduo e, portanto, deve ser repensada sob o viés democrático; um modelo educacional que popularize o conhecimento ao aprendiz, valorizando o meio em que ele vive e, evidentemente, respeitando a forma de como este vê o mundo e suas particularidades. E a comunicação entre o professor e o aluno dar-se-á mediante a inserção de atividades e práticas socioculturais, perpassando pelo ambiente museológico e discursos dessa natureza, por exemplo.

Se educação significa reflexão constante, fomentação ao pensamento crítico, criativo e ação transformadora do sujeito e do mundo, entende-se a contextualização da museologia e o processo educativo. A contemporaneidade não comporta mais modelos de desenvolvimento tecnológico e científico dissociados dos referenciais culturais de um povo. Cultura e desenvolvimento precisam caminhar juntos.

Cultura, Educação e Comunicação são três ciências que dialogam simultaneamente. Entender a cultura como um processo educacional ou educativo é perceber que não se consegue trabalhar a educação de um cidadão sem que ele conheça o que caracteriza sua cultura. Esta tendência compreende um dos principais desafios a ser enfrentado para superar atrasos econômicos e sociais. Se mudança é a palavra de ordem na sociedade atual, e, que afeta todos os segmentos sociais, então, subteme-se que o Conhecimento e seus processos de aquisição estejam em posição de destaque. Por conseguinte, essa valorização do conhecimento demanda uma nova postura profissional, um novo repensar dos processos

³ DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. UNESCO, MEC: Cortez Editora. São Paulo, 1999. Pg. 89-102.

educacionais, assim, repensar a implantação de projetos de ação pedagógica em museus. A educação em museus visa proporcionar a extensão do conhecimento, ou seja, expandi-la para este ambiente é promover uma educação gnosiológica na qual educando se aprende e aprendendo se educa. Como propõe Piaget, ‘quanto mais complexa for a interação entre o ser humano e o meio mais inteligente tornamo-nos’.

É ver que o ‘ensino exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural’, conforme ensina a pedagogia de Paulo Freire. Segundo ele, todos os aprendizes devem se assumir como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos e, que, a experiência histórica, política, cultural e social jamais pode ser ignorado pelas gerações posteriores. O ato de educar não deve se limitar à transferência de conhecimento, mas sim, criar as possibilidades para sua própria produção e construção, promovendo a extensão do conhecimento e, sobretudo, a transformação da realidade. Ver a relação ensino e aprendizagem como forma de intervenção no mundo.

4. O MUSEU, A ARQUEOLOGIA E O PÚBLICO: UM OLHAR NECESSÁRIO

Conhecer é atividade especificamente humana. É a partir da análise da sociedade enquanto tipo de organização coletiva que podemos entender a necessidade de comunicação do indivíduo moderno em seu engajamento coletivo. Os espaços se comunicam e tudo, onde quer que estejamos nos comunicam algo. Jamais poderia existir sociedade sem comunicação. A comunicação é inerente ao homem e, evidentemente, à vida em sociedade. Há comunicabilidade no museu. Sua materialidade exposta é carregada de signos lingüísticos; ícones que simbolizam e traduzem significados. O simples ato de olhar já está carregado de interpretação. Para conhecer e se conhecer o homem se faz signo e só interpreta esses signos, traduzindo-os em outros signos. Portanto, se a comunicação e seus meios orientam comportamentos, então, vê-se que a comunicação museológica, por exemplo, ensinam-nos a uma leitura de mundo, a leitura de um povo, de um lugar, simbologias estas decodificadas dentro de um determinado contexto sociocultural.

Cultura inclui o estudo dos processos de simbolização, ou seja, de processos de substituição de algo por aquilo que a significa. De fato, a cultura é apreendida e transmitida

através da comunicação. Toda linguagem é um sistema de signos regidos por convenções sociais, responsáveis pela formação do mundo cultural. Por meio das palavras, podemos transmitir o conhecimento acumulado pela sociedade. Se o repertório onde vive é pobre, o indivíduo pouco se desenvolve; se é rico, o indivíduo tem mais probabilidades de aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem. Nenhuma pessoa escapa à influência da cultura e da sociedade que se incorpora à sua personalidade e também se interioriza na forma de padrões, valores, atitudes, modos de percepção e compreensão.

Os símbolos precisam ser desconstruídos e interpretados para apreendermos o seu significado. Considerando que artefatos culturais são, em princípio, objetos dotados de funcionalidade, o patrimônio cultural, por exemplo, só pode ser entendido como um conjunto de símbolos e, assim, seu grau de importância em relação à atributibilidade.

De certo, o museu preserva e comunica. Não é possível para um museu prescindir de um acervo, mas o acervo não o torna museu, o que somente é possível com a comunicação da exposição. No entanto, a linguagem museológica não é linear, mas sim, cíclica. Suas etapas compreendem: formação do acervo, pesquisa, conservação e documentação, comunicação. Esta última etapa consiste em referendar a essência educativa através da exposição.

Um dado importante a considerar é que a comunicação museológica não se encerra no museu – o meio – mas sim, no cotidiano das pessoas. Na verdade, o cotidiano do público é o mediador da sua participação interpretativa, ou seja, o público em museus interpreta a partir da sua experiência vivencial. O indivíduo não é submisso ao impacto da mensagem museológica. Corroborando com Cury, “a comunicação museológica é a comunicação dos sentidos patrimoniais e as mensagens implícitas e explícitas em uma exposição são proposições de significados que serão (des)construídos, reelaborados, negociados, trocados, pelo visitante em atitude dialógica com o museu”⁴.

MÍDIAS E SOCIEDADE

Os meios de comunicação, a indústria cultural, e, especialmente a televisão que possui expressiva capacidade de poder, sedução e fascínio, alteram o nosso modo de ser e a própria maneira de percebermos o mundo. Os shoppings, por exemplo, tomaram o lugar das praças, dos museus, dos encontros e dos passeios. Os discursos da escola, da família e da igreja

⁴ CURY, Marília Xavier. *Para saber o que o público pensa sobre Arqueologia*. Revista Arqueologia Pública. São Paulo: Unicamp, 2006. Pg. 33

também se percebem fragilizados na difusão de valores e ideologias. McLuhan parte do princípio de que as técnicas dominantes da comunicação afetam e acabam modelando o aparato perceptivo, sensorial, psicológico e cultural de toda uma sociedade. O conceito de ‘aldeia global’ postulado por ele, por exemplo, foi criado para associar esse entrelaçamento social – teia social – com o mundo da comunicação de massa. As mensagens, o conteúdo divulgado pela mídia é considerado instantâneo e efêmero.

Em *Modernidade Líquida*, o sociólogo Zygmunt Bauman compara este retrato social à ‘liquidez’ para caracterizar o estado da sociedade pós-industrial em que tudo é temporário e que, assim como as substâncias em estado líquido fluem não é capaz de manter uma forma estável. As relações vêm carregadas de novas incertezas. Os shoppings apresentam vários simulacros: reúnem tudo no mesmo espaço e tempo. Comodidades e atrações que oferecem a ilusão de que o ‘tempo parece não passar’, ou seja, um lugar onde as pessoas podem esquecer o mundo externo com seus ruídos, distrações, surpresas, contrastes, violências diretas e todas as formas de fobias sociais.

Em função de sua trajetória histórica e desse paradigma social acima apresentado, parece ser natural que a Arqueologia esteja distante do cotidiano das discussões na sociedade como um todo. Para Funari, no Brasil, para as pessoas comuns, a Arqueologia, se significa alguma coisa, é vista na maioria das vezes como uma prática aventureira que deve ser levada a cabo no Egito ou em qualquer outro lugar, mas não no Brasil, já que nos faltam pirâmides e outras ruínas interessantes. A arqueologia pré-histórica também é mal interpretada. Os livros didáticos, por exemplo, transmitem informações fragmentadas sobre a realidade da ocupação pré-colonial e sobre as minorias étnicas, ou seja, revelam quase que total desconhecimento da contribuição realizada pela Arqueologia, Etnologia e Linguística. Funari (1994) teoriza, afirmando que esses fatores ligados à compreensão da Ciência Arqueológica no Brasil são decorrentes do desenvolvimento histórico no país e da disciplina.

OUROESTE E A ARQUEOLOGIA

No artigo “Para saber o que o público pensa sobre Arqueologia”⁵, a professora-pesquisadora desenvolveu um estudo com exatos 298 estudantes da rede estadual de ensino, sendo 144 (48,3%) estudantes do ensino fundamental e 154 (51,7%) estudantes do ensino médio, residentes em Ouroeste, município do Estado de São Paulo. O objetivo da pesquisa foi aferir o conhecimento que esses estudantes tinham sobre arqueologia e sobre o passado pré-colonial brasileiro. Dentre as questões abordadas sobre Arqueologia em geral e Arqueologia no Brasil, os questionamentos também versaram sobre os vários sepultamentos humanos encontrados em Ouroeste, pertencentes a uma tribo indígena remanescente.

A pesquisa foi realizada em março/2003 e o questionário contou com questões de múltiplas escolhas, com espaços para justificativas ou esclarecimentos por meio de respostas abertas, divididas nas temáticas sobre a cidade pesquisada, a relação dos estudantes com a arqueologia e a relação dos estudantes com o índio brasileiro.

As hipóteses apresentaram dados de que o povo brasileiro – retratado nesta pesquisa – sabe muito pouco sobre a representatividade da arqueologia para o país. Na verdade, as informações repassadas são superficiais, desconexas e/ou descontextualizadas, preconceituosas, importadas ou, até mesmo, fantasiosas. Ao final da atividade, os pesquisadores constataram que a institucionalização, a inserção da arqueologia está nas mãos da escola e do museu e, que, na escola, o professor sem outros suportes pedagógicos apóia-se no livro didático como instrumento para ministrar os conteúdos arqueológicos. Ou seja, é do professor a incumbência de desconstruir e reconstruir com seus alunos o conhecimento sobre esse passado e, para tanto, recorrendo ao museu de arqueologia como espaço de produção e comunicação arqueológica.

A partir da pesquisa conceitual realizada com os estudantes, uma equipe multidisciplinar conceituou uma exposição, denominada “Ouroeste: 9 mil Anos de História”, afinal, a exposição concomitante à ação educativa são manifestações da política de um museu. Quanto à linguagem expositiva, buscou-se a interação entre os “saberes” arqueológico, museológico e do público. Os objetos/artefatos foram expostos com poucas informações e em situações técnicas como iluminação e vitrinas. A narrativa foi organizada no espaço em forma de ‘U’, pois a sala possui duas entradas. O público foi estimulado a explorar a exposição episodicamente. “A forma expográfica escolhida foi um ‘tradicional-modernizado’.

⁵ O artigo escrito é uma extensão da tese de doutoramento da museóloga Marília Xavier Cury, intitulada “*Comunicação Museológica – Uma Perspectiva Teórica e Metodológica de Recepção*”. A pesquisa foi desenvolvida na cidade paulista de Ouroeste, entre os anos 2003 e 2005.

Tradicional porque apresenta o conteúdo linearmente e as coleções contextualizadas e utilizando-se de vitrinas e linguagem de apoio convencional. Observou-se, no entanto, uma relação hierárquica entre artefatos arqueológicos e os recursos gráficos para a exposição, como reconstituições tridimensionais de cerâmicas em argila e em escala real, e alimentos como milho, mandioca, angus, beiju, coquinhos; ou outros alimentos como pele de animal, peças de madeira, algodão. A exposição, à primeira vista ela é sintética, com poucos tópicos conceituais, sem acúmulo de objetos, textos, etiquetas. Em um segundo momento os detalhes aparecem e o que era sintético torna-se detalhado”.⁶

Após a inauguração do museu, os mesmos estudantes que participaram da avaliação conceitual foram convidados para visitar a exposição e, em seguida, avaliá-la. Na análise feita pela professora-pesquisadora, os resultados obtidos foram significativos tanto para os museólogos quanto para os arqueólogos, pois, foi permitido rever todo o processo mediante o ângulo do público. Tal postura permite conhecer a experiência integral do visitante e, conseqüentemente, a ter uma visão sinérgica dos elementos que compõem a exposição e sua eficácia comunicacional.

⁶ Idem. Pg. 42-46

5. REFERÊNCIAS:

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 258 p.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Comunicação?** São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção: Primeiros Passos; 67)
- CURY, Marília Xavier. **Para saber o que o público pensa sobre Arqueologia**. Artigo Científico produzido através da Tese de Doutorado, intitulada ‘Comunicação Museológica – Uma Perspectiva Teórica e Metodológica de Recepção’. Revista Arqueologia Pública, n.1. São Paulo: Unicamp, 2006. Pg. 31-48.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. UNESCO, MEC: Cortez Editora. São Paulo, 1999. Pg. 89-102.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educacional**. Rio de Janeiro – Paz e Terra: 2002. 165p.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2006. 125p.
- _____. Cultura Material e Arqueologia Histórica. In: **‘Museu, Arqueologia e o Público’**, de Elizabete Tamanini. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. 317p.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- _____. **O que é Cultura Material e Imaterial**. Brasiliense: São Paulo, 2008.
- GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, RJ: 2007. 251p (Museus, memória e cidadania)